



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Educação

AS ATRIBUIÇÕES DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: DESAFIOS CONJUNTURAIS NESSE NOVO CAMPO DE ATUAÇÃO

Alessandra Barbosa Paulo¹

Resumo: O artigo objetivou desenvolver uma abordagem teórica para subsidiar as atribuições dos(as) Assistentes Sociais inseridos na política de educação superior no Brasil, bem como a análise contemporânea da atuação profissional. Foi considerado o contexto histórico da política de educação com recorte temporal a partir da década de 90.

Palavras-chaves: Trabalho, Assistentes Sociais, Ensino Superior Privado.

Abstract: the article aimed at developing a theoretical approach to subsidize the assignments of social workers within the policies of college education in Brazil, as well as the contemporary analysis of the professional practice. It has been considered the historical context of the educational policies since the nineties.

Keywords: Work, Social workers, Private College Education.

O HOMEM: SER SOCIAL QUE CRIA NECESSIDADES

O ser social não se objetiva apenas pela atividade do trabalho, mas também pela práxis. A práxis é toda prática que o Homem realiza (inclusive o trabalho), a práxis engloba todas as criações construídas pelo ser social tais como: ética, valores, política, costumes, religião, conhecimento e etc. (NETTO; BRAZ, 2007).

A atividade da práxis possibilitou a criação das ciências sociais, da tecnologia e ao mesmo tempo a “coisificação” e desumanização dos Homens, porque a riqueza social é universalizada e socializada de forma desigual (em algumas ordens sociais). As “coisas” que o Homem criou e cria se tornaram algo exterior a ele, algo que lhe é imposto, isto é, aquilo que o Homem cria o domina, o Homem perde o “controle” sobre suas criações e se torna dependente delas, seja materialmente ou ideologicamente. (NETTO; BRAZ, 2007).

A economia política tem como base o trabalho, no entanto, o trabalho não se configura só na economia, mas o trabalho é o que caracteriza o modo de ser dos Homens e da sociedade. O trabalho é caracterizado pela ação que transforma a natureza em objetos e que atendem às necessidades humanas. (NETTO; BRAZ, 2007).

¹ Profissional de Serviço Social, Faculdades Oswaldo Cruz, E-mail: ale.goth@hotmail.com.

Nesse processo de criação das necessidades, surgem conseqüentemente novas alternativas oferecendo ao Homem oportunidade de escolha entre elas. Portanto, tem a capacidade de liberdade para escolher algo que responda às suas necessidades. Todavia, a gênese da liberdade “[...] não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolha entre elas.” (BARROCO, 2008, p. 26), ou seja, a liberdade não está posta como algo abstrato, ela existe por meio de alternativas que o próprio Homem constrói, historicamente, algo concreto e acessível.

Essa construção não é a-histórica e tampouco linear, logo realizar o resgate histórico – que influencia e caracteriza as escolhas do ser social - é fundamental para a reflexão teórica e crítica acerca do objeto de pesquisa. Desse modo, será abordado a partir da década de 90, o contexto da política de educação superior no Brasil e os desafios conjunturais dos/as assistentes sociais neste novo campo de atuação.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Antes de tratar sobre o início da década de 90, é importante apontar que no período de 1.980 houve grandes saltos na indústria, acarretando em um grande desenvolvimento da tecnologia e da ciência. Isso implicou e implica diretamente nos meios de produção e na força de trabalho. Com essa nova configuração e com a substituição do trabalho humano pelas máquinas, surge simultaneamente, a necessidade de mão de obra qualificada, isto é, o conhecimento técnico sobre determinada área de atuação profissional e o uso adequado das tecnologias. Em outras palavras, essas novas “práxis” conferem novas características, em especial para os trabalhadores, pois precisam de mais qualificação e conhecimento, atendendo assim, as novas necessidades criadas (ANTUNES, 2004). Em resposta a essas novas necessidades é que o capitalismo se viu refeito, mais uma vez, por meio da ampliação de unidades de ensino superior privado e, por conseguinte, pela oferta de cursos. O resultado foi uma nova estruturação dessas unidades em prol do sistema vigente, moldando ao mesmo tempo, as políticas públicas educacionais.

No Brasil, destaca-se o marco legal da Constituição Federal (1988), que legitimou a educação como política pública, bem como a corresponsabilidade do setor público e privado na oferta de ensino superior.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. (BRASIL, 1988).

No início de 1990, ocorreu o movimento internacional sobre a educação, por intermédio da Conferência Mundial de Educação para Todos, organizado pelo Fundo das

Nações Unidas (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), e Programa das Nações Unidas (PNUD). (LIMA, 2005). O movimento influenciou fortemente o Brasil e acarretou novas diretrizes para as políticas educacionais no país. Cabe salientar que no decorrer deste período houve a intensificação da concepção neoliberal, na qual o Estado minimizou a oferta dos serviços públicos, priorizando o desenvolvimento econômico e a participação do setor privado em diversas esferas, inclusive, na educação.

Para Santos (2011), a nova configuração na década de 90, contou com discussões de analistas financeiros que consideraram a educação uma alternativa de mercado para o século XXI.

[...] O crescimento do capital educacional tem sido exponencial e as taxas de rentabilidade são das mais altas 1000 libras esterlinas uma valorização do índice geral da bolsa de Londres, o FTSE 65% (Hirtt, 2003: 20). Em 2002, o Fórum EUA-OGDE concluiu que o mercado global da educação se estava a transformar numa parte significativa do comércio mundial de serviços. (SANTOS, 2011, p. 29).

Outro marco legal para a política educacional deu-se com a reformulação e promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 em 20 de dezembro de 1996, destacando a incumbência da União em elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 1996).

O PNE trata como objetivos principais: a elevação global do nível de escolaridade; a redução das desigualdades sociais; a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis da educação (educação básica, ensino fundamental, ensino médio e educação superior); e a democratização da gestão do ensino público. As prioridades são: garantir o acesso ao ensino fundamental obrigatório; garantir o acesso ao ensino fundamental a todos inclusive àqueles que não têm a idade própria e/ou não conseguiram concluir os estudos; ampliação do atendimento nos outros níveis de ensino como: educação infantil, ensino médio e o ensino superior; valorização dos profissionais dessa área; e desenvolvimento de sistemas de informação e avaliação de todos os níveis supracitados. (BRASIL, 2001).

Importante pontuar também, alguns objetivos e metas pertencentes ao PNE (2001) que evidenciam a importância atribuída ao ensino superior privado, bem como o incentivo à sua ampliação:

1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.**

10. Diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não-universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientelas com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral.**

19. Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.** (BRASIL, 2001).

Em 2003, as discussões sobre a reforma política da educação se intensificaram, por meio do Decreto de 20 de Outubro de 2003, no qual foi formado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), em que o objetivo foi avaliar e traçar planos de ação para o desenvolvimento e a democratização das Instituições Federais de Ensino Superior. Conforme Otranto (2006), o relatório desenvolvido pelo GTI evidenciou a crise no ensino superior em detrimento da crise fiscal, propondo simultaneamente ações necessárias à gestão pública de modo a superar a crise estabelecida nas universidades federais e nas instituições privadas de ensino. Esclareceu também que as propostas tratadas no GTI enfrentam uma forte influência do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, e a Ciência e a Cultura (UNESCO), estes que atribuem como solução para a diminuição da dívida externa brasileira, a necessidade de reforma do ensino superior.

Quantidade de Instituições de ensino público e privado no Brasil de 2001 a 2015				
Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2001	67	63	53	1208
2002	73	65	57	1442
2003	83	65	59	1652
2004	87	75	62	1789
2005	97	75	59	1934
2006	105	83	60	2022
2007	106	82	61	2032
2008	93	82	61	2016
2009	94	84	67	2069
2010	99	108	71	2100
2011	103	110	71	2081
2012	103	116	85	2112
2013	106	119	76	2090
2014	107	118	73	2070

2015	107	120	68	2069
------	-----	-----	----	------

Fonte: INEP (2001-2015)²

Conforme dados acima, no século XXI, apesar dos anos de 2008, 2011, 2013, 2014, 2015 apresentarem uma queda na quantidade de instituições privadas de ensino, os dados demonstram o prevaletimento na oferta de cursos pelo ensino superior privado em comparação ao ensino público (é importante salientar que cerca de 90% em média das Instituições de Ensino Superior são compostas por Instituições Privadas). (INEP, 2017).

No Brasil, a educação não foi só uma concepção adotada na gestão pública e legitimada como política pela Carta Magna, ela tornou-se algo interessante para o mercado e os seus investidores e isso fortaleceu a mercantilização do ensino no país. Outro ponto a ser considerado, foi e continua sendo a forte influência internacional que tem contribuído por uma política educacional sob a concepção Capitalista imbricada nas relações e no modo de produção do Capital.

A visão macro e micro da política educacional no Brasil remetem ao contexto nacional e global (aspectos econômicos, sociais e políticos), entendendo que as decisões da gestão pública são tencionadas pela correlação de forças, sobretudo, pelos interesses daqueles que detêm os meios de produção e atuam na reprodução do Capital, logo o Estado é mínimo para os interesses público e máximo para o Capital.

Esta reprodução não ocorre somente no âmbito do Estado, ela também é repensada e difundida nas fábricas, citam-se como exemplos – nos séculos XX e XXI – as perspectivas taylorista-fordista e toyotista³, que embora distintas em suas concepções, têm em comum: aumentar a mais valia exigindo dos trabalhadores o conhecimento técnico e/ou científico.

Na perspectiva taylorista-fordista, a proposta para educação é voltada mais para escolas técnicas e profissionalizantes, pensando como ideal aquela escola que separa o “conceito, teoria e reflexão” de um lado e a “prática, aplicação e experimentação” do outro, sendo este último mais valorizado, pois atende melhor ao projeto taylorista-fordista. Já o modo de produção conhecido como toyotismo, tem influenciado em amplitude global, tratando a educação sob o viés “flexível, enxuto e ágil”, exigindo um(a) trabalhador(a) polivalente, flexível e com um nível melhor de conhecimento. (ANTUNES; PINTO, 2017):

Em termos de uma educação formal, habilidades intelectivas como selecionar e relacionar informações em vários níveis de complexidades, desenvolver conhecimento por simbolização, acesso a recursos de informática e o domínio, ao menos básico e mesmo em nível superior, complementada por cursos de capacitação que ofertem saberes-fazeres técnicos específicos demandados pelo

² Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 27 mai. 2019

³ Estes modos de produção tratados por Antunes e Pinto (2017) no livro: A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista.

mercado de trabalho, geralmente oferecidos nas modalidades à distância. (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 95).

Exige-se dos trabalhadores(as) conhecimentos que atendam aos moldes toyotista de produção, todavia, nem todos(as) têm acesso ao ensino superior público, recorrendo ao ensino superior privado como alternativa concreta. Além disso, existe a dificuldade de ingresso e permanência no ensino superior privado, por diversos motivos inerentes às expressões da questão social. A partir disso, e pela lógica da educação como mercado, identifica-se a necessidade de profissionais que atuem sob estas perspectivas: ingresso e permanência. Por conseguinte, pensar as mudanças educacionais, bem como a inserção do(a) profissional formado(a) em Serviço Social nestes espaços, é pensar no trabalho alienado e alienante, reconhecendo as correlações de forças, e principalmente, a questão social como objeto de intervenção dos(as) assistentes sociais.

OS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

A realidade na qual se configuram as relações sociais e suas contradições, desigualdades e pobreza, refletem no cotidiano da sociedade e dos(as) profissionais que atuam com a questão social. Para os(as) profissionais do Serviço Social, a compreensão da concepção neoliberal e suas configurações, são de fundamental importância para uma análise e intervenção crítica sobre a realidade.

Em virtude da atuação do Serviço Social na educação ser um campo novo – em comparação aos outros espaços de atuação – faz-se necessário o desenvolvimento e a continuidade de pesquisas, debates e encontros da categoria profissional para desvendar o que não é perceptível no cotidiano do trabalho. Para tanto, a aproximação e estudos acerca da prática profissional neste novo campo de trabalho trará novas possibilidades de intervenções, voltadas às ações mais propositivas e críticas, e, principalmente, pautadas no projeto ético político profissional.

As competências e atribuições profissionais não se dissociam de uma direção ético-política e sua tradução em procedimentos técnicos no cotidiano dos estabelecimentos educacionais implica, necessariamente, no reconhecimento das condições objetivas a partir das quais se desenvolve o trabalho profissional. Para tanto, é fundamental a apreensão dos processos que hoje mediatizam a inserção e as formas de atuação de assistentes sociais na Política de Educação e os embates presentes neste campo sócio-ocupacional. (CFESS, 2013, p. 37).

As correlações de forças entre os interesses institucionais e interesses dos usuários dos serviços têm trazidos grandes desafios para a categoria profissional, pois a conjuntura histórica não é linear e isso implica diretamente na prática profissional. Nesse sentido, o

olhar sobre esse novo espaço de atuação e o papel dos(as) assistentes sociais em consonância com o projeto-ético-político, tornam-se questões que demandam o aprofundamento teórico e prático. Esses são, portanto, exercícios imprescindíveis para o avanço e a superação dos desafios no cotidiano da categoria.

A Política de Educação é composta por níveis e modalidades de ensino, cada um deles possui particularidades no tocante a: dinâmica dos espaços ocupacionais, legislações, prerrogativa dos entes governamentais, profissionais e públicos. Nesse entendimento, pensar em parâmetros para a atuação do/a assistente social na Política de Educação não consideraria de maneira apropriada a complexidade e a diversidade que conforma tal política, tampouco a categoria dispõe de um acúmulo resultante de encontros e reflexões coletivas, assim como de produção de conhecimento, sobre as experiências profissionais realizadas nas diferentes instituições de educação nas quais se insere o/a assistente social, que justificasse essa forma de orientação do exercício profissional, tal como ocorreu, por exemplo, na construção dos parâmetros para a atuação profissional nas políticas de assistência social e saúde. (CFESS, 2013, p. 9).

No que concerne aos(as) assistentes sociais e a atuação na esfera da Política Educacional - apesar de existir desde a década de 30 - foi a partir de 1990 que houve uma maior visibilidade, bem como um crescimento considerável destes(as) profissionais neste campo. Este fator não está dissociado das escolhas políticas neoliberais no mundo, bem como no Brasil. (BRAGA, et. al, 2012, p. 248).

A política educacional amplia este espaço de trabalho profissional, entretanto, na contramão ao projeto ético político do serviço social, o que se identifica são ações técnicas que visam o acesso, a permanência dos(as) estudantes, bem como questões institucionais que limitam e moldam a atuação dos(as) profissionais. (BRAGA, et. al, 2012). Nessa conjuntura não linear e complexa é importante salientar que os projetos profissionais estão vinculados aos projetos societários e:

[...] Expressam um processo de lutas pela hegemonia entre as forças sociais presentes na sociedade e na profissão. São, portanto, estruturas dinâmicas, que respondem às alterações das necessidades sociais sobre as quais opera fruto das transformações econômicas, históricas e culturais da sociedade. Mas expressam, também, o desenvolvimento teórico e prático da profissão e as mudanças na categoria profissional. (IAMAMOTO, 2012, p. 41).

Todavia, e conforme lamamoto (2000), para conseguir compreender a profissão – na cena contemporânea – é importante romper com o olhar “endógeno”, isto é, romper com uma visão de dentro da profissão. Para isso, é importante olhar para além do serviço social, compreendendo as relações entre as classes sociais e o Estado (acrescenta-se o dinamismo global e o Capital Global⁴) de modo a explicar as particularidades do serviço

⁴ O Capital Global é discutido por István Mészáros em Para Além do Capital.

social, reconhecendo simultaneamente, que elas não estão dissociadas da atual conjuntura e do percurso da educação superior no Brasil.

Nesse sentido, pensar o trabalho sob a égide do Capital é pensar no contraditório, compreendendo o trabalho do(a) assistente social como resposta às necessidades sociais, e ao mesmo tempo, como um trabalho que gera mais valia. Destarte à complexa realidade, o(a) profissional posiciona-se ora pelas necessidades da classe a qual pertence (trabalhadora) ora pelas necessidades do patrão, podendo paulatinamente e/ou rapidamente, conquistar e/ou perder autonomia e espaço sócio ocupacional, diante das contradições advindas destas correlações de forças.

Portanto, observar e aproximar-se da realidade e da prática nesse espaço sócio-ocupacional – e que sofre diversas mudanças e reestruturações – é necessário para avançar na reflexão crítica acerca da atuação, bem como fundamentá-la – empiricamente – neste campo, na tentativa de construir parâmetros mínimos e norteadores de intervenção profissional.

CONCLUSÃO

Analisando as desigualdades intrínsecas da ordem social vigente, compreende-se que nem todos/as têm condições de acessar o ensino superior público, e o Estado com sua gestão pautada no desenvolvimento econômico e na perspectiva neoliberal, não garante a universalização e a qualidade de ensino, mas fomenta políticas educacionais de acesso ao ensino superior privado.

A inserção do/a Assistente Social nesse campo de atuação atende aos interesses do Capital, pois vende a sua força de trabalho ao mesmo tempo em que media as correlações de forças, contribuindo assim, para a manutenção do sistema tal como se apresenta. Partindo disto, pensar o projeto ético-político do Serviço Social e ter como o amparo legal da política educacional, são instrumentos – inicialmente – norteadores. Todavia, pensar a práxis na perspectiva dialética, evidencia a urgência de avanços por meio de debates e reflexões, com o intuito de materializar parâmetros mínimos de intervenção neste novo campo de trabalho.

Dispomos do amparo teórico já produzido, contudo, devido às mudanças conjunturais e não lineares a sistematização e o relato de experiências são mecanismos que contribuirão para o movimento dialético, buscando assim, um entendimento mais próximo da realidade e do cotidiano profissional.

A priori, como não conseguimos superar e propor materialmente uma nova ordem societária, o que nos resta é entender como nesta ordem vigente podemos avançar em

alguns aspectos de modo a contribuir com a diminuição do abismo existente entre as desigualdades sociais.

Desse modo, reconhecer o campo da educação como nova possibilidade de emancipação da sociedade, entendendo, obviamente que não depende somente da educação, tampouco dos(as) assistentes sociais para isto, mas que as atuações destes/as profissionais precisam ser condizentes com o projeto profissional, avançando assim, em parâmetros mínimos de intervenções pautados em uma visão mais crítica, consciente e propositiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do Trabalho**: escritos de Marx e Engels. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. V. 58. São Paulo: Cortez, 2017.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, v. 4, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 27 mai. 2019.

_____. **Decreto lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001**. Brasília: Senado Federal, 2001. Disponível em. Acesso em: 27 mai. 2019.

_____. **Decreto lei de 20 de outubro de 2003**. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9998.htm>. Acesso em: 27 mai. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>> Acesso em: 27 mai. 2019.

BRAGA, Maria Elisa dos Santos; MESQUITA, Marylucia; RIBEIRO, Alessandra. **A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS**: elementos históricos e desafios para a categoria profissional. Brasília: Ser Social, v. 14, n. 30, p. 244-258, jan./jun. 2012. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/7453/5753>. Acesso em: 29 de set. 2018.

CORBUCCI, Paulo. **O Ensino superior na década de 90**. Brasília: Distrito Federal. 2001. p. 105-110. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Políticas Sociais acompanhamento e análise. Brasília: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, 2001. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensiao2_ensino.pdf>. Acesso em: 21 de mai. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios Para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURA_CFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <<https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>>. Acesso em: 08 de out. 2018.

INEP. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 27 mai. 2019

_____. Marilda Villela. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) Assistente Social na atualidade**. In: Atribuições Privativas do Assistente Social em questão. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). 1º ed. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

LIMA, Kátia R. S. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva**. 2005. 469 f. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/katialima05.pdf>. Acesso em 22 nov. 2018

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Cap.5 – A ativação dos limites absolutos do capital. PP. 216-344. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <<https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

MINAYO, Cecília, de Souza, **Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez. 2007.

OTRANTO, Celia R. **A reforma da educação superior do governo Lula da Silva: da inspiração à implantação**. 2006. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), GT: Política de Educação Superior/nº 11. 29ª Reunião Anual da Anped. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11-1791-int.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2011, 3º ed.; v. 11. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3258313/mod_resource/content/1/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.